



Anais da Assembléia

Nº 33

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 24 DE ABRIL DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 1980

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Ayrton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpeilini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Senhor Presidente, requero chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa defere e solicita do Sr. Primeiro Secretário, que procede à chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Senhor Presidente, na ata que está sendo discutida em regime de votação ou discussão, ocorre que onde consta — Vila Parolin — no requerimento ou numa alusão que fizemos ontem desta tribuna, não se trata da Vila Parolin, e sim Boqueirão.

Essa a solicitação que faria à Mesa, Senhor Presidente, para que providenciasse na ata.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Será retificada a solicitação de Vossa Excelência.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 190/79, oriundo da Mensagem Governamental n.º 151/79.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor ao Dr. Ezequiel Honório Vialle, eminente Procurador Geral do Estado junto ao egrégio Tribunal de Contas, que após longos e profícuos trabalhos prestados ao nosso Estado, vem de aposentar daquelas altas funções.

Personalidade emérita daquele Tribunal de Contas, sempre abrilhantou com sua notória capacidade e isenção as relevantes funções que desempenhou em prol de nosso Estado, principalmente como Procurador Geral do Estado junto ao egrégio Tribunal de Contas, funções essas exercidas de dezembro de 1965 a abril de 1980.

Requer outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao homenageado e à Presidência do egrégio Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de louvor pela passagem do 35.º aniversário da Loja Maçônica Regeneração Terceira de Londrina, e que seja dado ciência à mesma, da deliberação deste douto Plenário.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) FIORI LUIZ

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 26 de abril, a Loja Maçônica Regeneração Terceira, de Londrina, estará comemorando 35 anos. A história da Loja começou em 1944, com a primeira reunião para a fundação. No dia 19 de janeiro de 1945, deu-se a oficialização da Loja, e no dia 23 do mesmo mês o decano Newton Guimarães deu a ela o nome de Regeneração. Em março de 1945, foram realizadas eleições para eleger o primeiro Venerável, Aristeu dos Santos Ribas. Em junho de 1946, a Loja se filiaria ao Grande Oriente do Brasil. A regularização da Loja deu-se no dia 1.º de fevereiro de 1947. E desde 1948 funciona no atual local, Rua Alagoas n.º 760, Londrina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações à Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo pela realização, nos dias 20 e 21 transatos da 2.ª Festa do Lavrador.

A iniciativa mais uma vez, revestida de pleno êxito, veio promover o trabalho produtivo dos associados estabelecidos na região.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao Presidente da referida entidade, Senhor Antenor Rodrigues Finze.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições

buições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se oficie voto de protesto ao Dr. Luiz Chemin Guimarães, em virtude de ter sido retirado o veículo que prestava serviços à Delegacia de Jaboti, em convênio com a Prefeitura, em flagrante desrespeito ao Sr. Prefeito e à municipalidade, sem justa causa.

O nosso veemente protesto e estranheza à deselegante atitude dos responsáveis pelo ato em tela.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) GABRIEL MANOEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Presidência da TELEPAR - Companhia de Telecomunicações do Paraná - solicitando prioridade na execução da instalação do sistema de telefonia rural no Distrito de Turvo, Município de Guarapuava, tendo em vista a importância econômica da própria região.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado solicitação ao Senhor Secretário de Interior e ao Presidente da TELEPAR, no sentido da instalação de um Posto Telefônico em Ouro Verde do Piquiri, Município de Corbélia.

A presente solicitação visa atender as necessidades deste meio de comunicação pelas dificuldades que tem em comunicar com outras localidades e órgãos e também atendendo aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) DAVID CHERIEGATE

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente, via telex, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, apelando no sentido de que Sua Excelência intervenha, pessoal e diretamente, junto a empresários e trabalhadores paulistas, a fim de que se torne viável a reabertura das conversações entre essas duas classes em conflito e, com isso, seja recobrada a paz social e a tranquilidade das famílias, principalmente dos trabalhadores que são as mais atingidas pelo episódio.

De outra parte, que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República faça por reconsiderar as medidas de violências praticadas contra líderes sindicais, colocando-os em liberdade, como ainda, determine a retirada do aparato policial-militar que se constitui em processo injusto de pressão e intimidação aos trabalhadores que estão num legítimo direito, reconhecido e sustentado até pelas maiores autoridades em direito, permitindo assim que se realizem as assembleias pacíficas como até aqui se tem conduzido, sendo que os excessos isolados decorrem da própria intervenção violenta que sofreram e a inabilidade do Sr. Ministro do Trabalho e Governador de São Paulo, Paulo Maluf. Com isso haverá de ganhar o Governo e o próprio Brasil é o que todos almejamos.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A ausência de tratamento igualitário entre as diferentes

carreiras de servidores públicos do Paraná, com origem, principalmente, nos benefícios setoriais concedidos em passado recente, gerou séria defasagem nos níveis salariais do Governo do Estado. Atualmente, apenas para exemplificar, servidores da área biomédica e professores de nível universitário, sem o agasalho de estatutos próprios, estão empenhados em obter tratamento semelhante ao que recebem outras categorias. É notório que por orientação do Governador Ney Braga, a Secretaria dos Recursos Humanos está elaborando estudos para, afinal, submeter à apreciação desta Assembléia o novo Plano de Reclassificação dos Funcionários Públicos do Paraná. O objetivo do presente requerimento é formular apelo ao Poder Executivo para o apressamento desses estudos, visto que, existe grande interesse de milhares de servidores estaduais nesta matéria. Justo também destacar o empenho [paupável] que a atual administração está desenvolvendo para restabelecer os critérios de justiça para a política de pessoal. Por essas razões, o parlamentar subscritor do presente, na conformidade do Regimento Interno deste Poder, requer a formulação de apelo ao Poder Executivo para o encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, com a urgência possível, do Plano de Reclassificação dos Funcionários Públicos Estaduais.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) AYRTON CORDEIRO

Apoio: Tércio Albuquerque, Wilson Fortes, Leônidas Chaves, Gilberto Carvalho, Renato Bernardi, Egon Pudell, José Domingos, Werner Wanderer, Luiz Alberto Oliveira, Del Ciel, Erondy Silvério, Quielse Crisóstomo, Valduga e Jurandir Messias.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de apelo desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Eliseu Resende, digníssimo Ministro de Transportes, solicitando a liberação de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, mais juros e correção monetária, como ressarcimento pelos investimentos feitos pelo Governo do Estado na construção da "Estrada de Ferro Central do Paraná", nos termos da lei e do convênio firmado entre aquele Ministério e o Governo do Paraná.

Requer-se que da decisão da Casa se dê conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador Ney Braga, bem como aos dignos representantes do Paraná no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoio: Deni Schwartz

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de manifestação de apoio da Assembléia Legislativa do Estado ao Deputado MAURÍCIO FRUET, da bancada do Paraná, na Câmara Federal, pela apresentação de plano de lei visando acabar com as mordomias no governo.

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1980.

a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei apresentado pelo Deputado MAURÍCIO FRUET, da bancada do Paraná, na Câmara Federal, vem ao encontro da vontade de todo o povo brasileiro, pois é reconhecido por todos que as mordomias no Brasil atingem índices que se constituem num verdadeiro desrespeito para com a população que vive hoje em condições de miséria, enquanto, altos funcionários do governo desfrutam de verbas astronômicas, numa verdadeira orquia de dinheiro público gastos de forma escandalosa.

Acreditamos que os nobres Deputados componentes deste

Poder Legislativo darão inteiro apoio à presente proposição, porquanto medidas desta natureza merecem ser levadas em consideração por todos, uma vez que, não podemos continuar numa situação em que vemos a maioria do povo brasileiro passando fome enquanto que um punhado de tecnocratas de gabinetes desfrutem de tantas e tão caras mordomias.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até o presente momento não recebemos alguma informação da Superintendência do INAMPS, sobre alguma medida preventiva adotada por este órgão, diante das acusações que desta tribuna levantamos há dias passados, sobre aberrativas irregularidades praticadas por três hospitais de Marechal Cândido Rondon, contra determinado médico, proibindo-o de prestar socorro a um paciente.

Além desta irregularidade, efetivaram medidas coercitivas, determinando de que todos os médicos, para poderem atender seus pacientes, deverão ter seus consultórios instalados naqueles hospitais (Hospital e Maternidade Filadélfia; Hospital Marechal Cândido Rondon e Policlínica Roncon).

Segundo o Código de Ética Médica, o tratamento do paciente é responsabilidade do médico assistente, não podendo esta responsabilidade ser transferida a outro médico, sem o consentimento do paciente ou seu responsável. Mas em Mal. Cândido Rondon, o médico que atende particularmente, não em consultório do hospital, não pode dar atendimento a seu paciente, em caso de hospitalização em um dos três hospitais — os três hospitais não internam pacientes procedentes de consultórios particulares, mesmo que o médico seja credenciado pelo INAMPS.

Isso caracteriza a nosso ver, omissão de socorro, cujos objetivos espúrios é o de subordinação completa das atividades médico-assistenciais aos interesses dos hospitais.

Existe em Marechal Cândido Rondon, neste aspecto, uma grave distorção em relação ao número de leitos hospitalares disponíveis e o número de leitos credenciados pelo INAMPS, o que vem gerando grande ociosidade de leitos, plenamente compreensível, o que gerou então, o aliciamento de médicos para hospitais, com a oferta de consultórios instalados em local próprio dos mesmos.

Tal modalidade funcionou, modalidade esta de aliciamento, até o momento em que os médicos sentiram a imoralidade da coisa, e passaram a atender seus pacientes em consultórios fora dos hospitais, aí começou a aberração, a tomada de medidas coercitivas e a omissão de socorros.

Uniram-se os donos de hospitais credenciados pelo INAMPS, elaborando documento onde se estabeleceu que a não aceitação incondicional da satisfação de suas necessidades comerciais geraria como represália, a impossibilidade material do médico de continuar exercendo sua profissão.

Segundo o Dr. Francisco Xavier Beduschi, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná, os hospitais não estão fazendo o uso correto do contrato celebrado com a Previdência Social quando usam do mesmo com a finalidade de agenciar pacientes para seu corpo clínico ou impedir o livre exercício profissional do médico assistente do paciente, recusando seu internamento baseado exclusivamente nas razões aqui expostas.

Aguardamos uma solução imediata, para que tais absurdos não ocorram, pois os prejudicados vêm sendo os beneficiários da Previdência Social, que diante do aqui exposto, passam a ser os prejudicados pela Previdência Social.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Trajano

Bastos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O jornal "Correio de Notícias" de hoje, traz notícia de primeira página, dando ciência de que a PARANATUR está pretendendo um projeto para construção de um hotel de alto luxo, na Ilha do Mel, no litoral do nosso Estado.

É sabido, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o imóvel foi tombado pelo Patrimônio da União.

Não é a primeira vez que especuladores tentam ocupar um dos últimos patrimônios naturais do nosso Estado, para especulação hoteleira. Acontece, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que além da necessidade de preservação do patrimônio ecológico, como é a Ilha do Mel em nosso Estado, existe também a necessidade de que se preserve uma cultura que é bem própria daquela região e que com uma exploração turística nesses termos, iria fazer com que os pescadores que hoje residem na Ilha do Mel, sejam mais um ou mais alguns a engrossarem as favelas de Curitiba, e desta feita, é uma empresa estatal, responsável pelo turismo no Estado, que pretende a construção de um hotel, segundo as notícias veiculadas por esse jornal, para exploração de um hotel de alto luxo.

Quer me parecer que além das dificuldades, além do problema ecológico e da necessidade de preservação de um patrimônio natural como a Ilha do Mel, a PARANATUR não teria condições para explorar um imóvel, um hotel, porque nas Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava, onde ela adquiriu um hotel, acabou locando este hotel para uma empresa particular.

Nestas condições, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu estou enviando telex ao Sr. Governador do Estado, ao Sr. Ministro da Marinha e ao Senhor Chefe do Patrimônio da União que é responsável pela guarda e preservação daquele imóvel, e sugiro também ao Senhor Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Assembléia, para que convoque o Sr. Presidente da PARANATUR, para que o mesmo esclareça, confirme ou negue tal pretensão da PARANATUR em construir um hotel na Ilha do Mel.

Nós temos um exemplo amargo no que diz respeito a atuação da PARANATUR em patrimônios ecológicos e naturais, que foi o caso de Vila Velha, quando a PARANATUR construiu lá, monstregos de cimento armado, fazendo com que o panorama natural de Vila Velha fosse comprometido.

É necessário que a Comissão Técnica desta Casa, convoque o Sr. Presidente da PARANATUR, para que se evite mais uma destruição a um dos maiores patrimônios naturais e ecológicos que o Estado do Paraná detém até hoje.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Assumo a tribuna, nesta tarde, para encaminhar requerimento à Mesa, formulando um apelo para que o Ministério dos Transportes e as autoridades federais liberem um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, que é a dívida do Governo Federal para com o Governo do Estado, em função da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Ainda hoje tivemos a oportunidade de ler pelos jornais, as dificuldades momentâneas que a Secretaria dos Transportes está tendo para a execução de obras rodoviárias tão importantes para o Governo do Estado, tão importantes para o Estado do Paraná, e que não estão podendo ter uma seqüência normal face à indisponibilidade de recursos do Governo do Estado. E nós paranaenses, sabemos que há uma lei estadual e um convênio entre o Governo do Estado e o Ministério de Transportes, obrigando o Governo Federal a fazer o ressarcimento.

mento das despesas efetuadas pelo Governo do Estado na construção daquela ferrovia que beneficia a região Norte e a região Centro do Paraná.

O Paraná precisa saber se unir em torno das suas reivindicações maiores. Creio que este é um assunto que deve merecer a consideração desta Casa e dos quatro partidos que aqui têm os seus representantes. Tenho a honra, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de anunciar a esta Casa que este simples requerimento teve também o apoio e a subscrição do ilustre Deputado Deni Schwartz, da minha região política e da valorosa bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Realmente nestas posições o Paraná todo deve se unir, todos os partidos políticos, todas as lideranças mais expressivas, para que o Paraná que muito vem dando, muito vem contribuindo para o Governo Federal e para o próprio desenvolvimento brasileiro, tenha a sua recompensa devida.

Nós todos estamos felizes em saber, que o Governo Federal considera prioritária uma obra realmente importante para a região Oeste e para o desenvolvimento do Estado do Paraná, que é a ferrovia da soja, num investimento superior a 26 bilhões de cruzeiros, o que equivale, por exemplo, em dizer que o investimento que o Governo Federal fará no Paraná, equivalerá a mais de 8 mil quilômetros de estradas asfaltadas.

Creio, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este assunto haverá de receber o apoio de todos os Srs. Parlamentares e nós poderemos ver concretizada a aspiração do Paraná em receber o ressarcimento do Governo Federal.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao nobre Deputado Egon Pudell, quarto orador inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É com justo júbilo que trazemos ao conhecimento desta Casa e aos companheiros, um fato que muito relevamos e que se prende à ação da COMPANHIA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE - CNEC do Estado do Paraná, qual seja, no final da semana passada, a inauguração de mais uma "Unidade-Modelo" — a ESCOLA PICUI — na localidade de OCOÍ, no progressista Município de São Miguel do Iguaçu. E não só esta inauguração: a inauguração dos prédios escolares dos Colégios Dr. ARNALDO BUSATO — Ensino de Segundo Grau e ANTÔNIO VILLAS BOAS — Ensino de Segundo Grau, nas sedes dos Municípios de Planalto e Vera Cruz D'Oeste.

A ESCOLA PICUI inicia, segundo informações obtidas do Professor JOÃO CALISTO DE MEDEIROS, o chamado Projeto Iguaçu que a CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, pelos seus Dirigentes Nacionais e Estaduais, pretende levar a efeito. Trata-se de dotar a nossa rede de Educandários de escolas com habilitações que atendam aos imperativos regionais, fazendo da escola um meio para o desenvolvimento, afeiçoando-as às necessidades técnicas locais, ao encontro das aspirações das comunidades servidas, meio e modo de conscientizar, pela educação, as comunidades, base de todo movimento cenequista. Ensino para a Vida: Agrícola, Pecuário, Técnico-Mecânico etc. ... Uma escola para os menos favorecidos. Para os filhos do Povo. E para o POVO.

Estiveram presentes ao ato inaugural, altas autoridades civis e militares, expoentes políticos.

Somos dos que já tiveram oportunidade de procurar a Entidade em sua sede. UMA CASA DE TRABALHO, aberta a todos. Sem favorecimentos e atenta àqueles que, nas suas mais diversas esferas de ação, a procuram para a alta finalidade da Educação. Entre nós já tivemos alguns Deputados que, com o apoio da CNEC, tornaram efetivas as idéias de criação de escolas, já tendo mesmo criado escolas superiores, como o caso de Palmas, colaborando para a criação da Faculdade de Irati, e recentemente TOLEDO e MARECHAL CÂNDIDO RONDON.

Seria, pois, de registrar-se tais fatos que animam, com a

certeza de que, no Brasil, temos quem não se canse na solução do magno problema educacional, com idealismo e sem visar lucros, com os olhos voltados para o futuro do Brasil.

Mas Senhor Presidente e Senhores Deputados, é de meu dever destacar nesta oportunidade o trabalho de um homem que vive para servir. Servir a CNEC, servir ao seu povo, sem discriminação, trata-se do Professor JOÃO CALISTO DE MEDEIROS, atualmente Coordenador da CAMPANHA na Região Sul e Administrador da mesma no Paraná. Há mais de dois lustros que participo dos trabalhos da Campanha neste Estado. Sou testemunha do trabalho que o Professor Calisto, juntamente com o nosso inesquecível Companheiro ARNALDO BUSATO realizaram neste Paraná, criando centenas de escolas beneficiando milhares de alunos desprovidos de recursos. A CAMPANHA é feita com desprendimento e por pessoas que acreditam no Brasil. Participam deste movimento ilustres militares de nossas Forças Armadas, sem remuneração alguma a não ser a certeza de estar realmente servindo a Pátria. Atualmente temos na Presidência do Conselho Estadual o eminente General de Divisão JOFRE SAMPAIO, Comandante da 5.ª Região Militar e 5.ª Divisão de Exército, que proferiu brilhante oração por ocasião da inauguração da ESCOLA PICUI em São Miguel do Iguaçu. Cel. MESSIAS PONTONI e tantos outros companheiros de alto valor.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, quinto orador inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fizemos, nesta tarde, um encaminhamento a esta Casa, de um requerimento solicitando ao Excelentíssimo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga, Governador do Estado do Paraná e ao Senhor Nivaldo de Almeida Neto, Secretário dos Transportes, para que forneça algumas informações necessárias para esclarecimento deste Parlamento e do Paraná. E coincidentemente, nesta tarde, vimos o ilustre Deputado Luiz Alberto de Oliveira também encaminhar um requerimento a esta Mesa e a esta Casa, de um expediente a ser remetido ao Sr. Ministro dos Transportes, para que libere uma verba, concernente a um crédito que o Paraná tem, junto ao Governo Federal, da construção da Estrada de Ferro Central do Paraná.

Então, Sr. Presidente, queria ler o nosso requerimento e as justificativas, que temos a certeza que deverá ser aprovado por esta Casa, para que não pare dúvida. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, DD. Governador do Estado, solicitando as informações seguintes:

a) De acordo com a Lei 5768, de 10 de maio de 1968, quais foram os financiamentos efetuados para a Construção da Estrada de Ferro Central do Paraná e qual o seu montante?

b) O "quantum" de empréstimo foram captados nos mercados interno e externo, bem como seus prazos de pagamentos de ambas as captações, e as taxas de juros, correção monetária que incidiram sobre as mesmas?

c) Qual o total da dívida restante? Incluídos as despesas acessórias.

d) Qual a participação do Governo Federal na construção da Estrada de Ferro Central do Paraná e qual a forma de ressarcimento das despesas da mesma?

e) Baseado na Lei 6773 que autorizou a transferência da estrada referida à União, informar quais as estradas ou obras que foram selecionadas no "Programa Especial de Rodovias Alimentadoras" que foram executadas e qual o seu custo?

f) Quais os prazos de liquidação do capital a ser recebido

pelo Estado e formas de pagamento, pela União?

g) Qual o montante de juros e correção monetária que serão dispensados à União, quando do recebimento, conforme notícias veiculadas na imprensa do Estado?

h) Como se procederá para o cancelamento da receita estimada no Orçamento Geral do Estado para o corrente exercício, cujo orçamento prevê 41,4%/997.000.000,00 em Receitas diversas e 24,0% do total de Outras Receitas diversas p/ correção monetária, sobre indenização da União relativos a E.F.C.Pr.?

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um Estado, como os demais, carentes de recursos para a sua própria sobrevivência, e muitas vezes, recorre ao governo da União em busca de pagamentos, como também a não paralisação de suas obras prioritárias.

Nós somos sabedores de muitas obras em nosso Estado que estão paralisadas por falta de recursos e abrir mão do que temos, é uma temeridade, ou melhor é não querer que o Estado do Paraná possa crescer como todos desejamos.

Dai então solicitarmos essas informações, pois o que nos parece "a priori", lendo as notícias divulgadas pela imprensa de nosso Estado, que a dispensa de correção monetária, bem como qualquer acessório existente, na dívida que a União tem com o Estado do Paraná, redundaria em sérios prejuízos para o nosso desenvolvimento.

Outra preocupação que nos causa surpresa, será a redução de nossa receita, haja vista que os valores referentes ao Capital estão contidos nas peças orçamentárias para o Corrente Exercício, na dotação Receitas Diversas, bem como a Correção Monetária está incluída nos vinte e quatro por cento a serem recebidos como Outras Receitas Diversas, o que por certo causará o desequilíbrio da Balança Orçamentária do Estado.

Por esta razão vimos solicitar a esta Casa que aprove o referido pedido que ora fazemos, para melhor esclarecimento desta Casa, bem como de toda a coletividade do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, último orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ontem, votamos um voto de louvor, merecido, a Sua Excelência o Sr. Secretário da Segurança. Infelizmente, hoje, somos forçados, por circunstâncias óbvias, a vir à tribuna, para denunciar ou para estranhar um fato inédito, que está acontecendo no Paraná.

Dizemos, Sr. Presidente, falamos, Srs. Deputados, sobre uma pequena cidade de nosso "hinterland" paranaense, encrustada no norte pioneiro, que é Jaboti.

A Cidade de Jaboti, Sr. Presidente por intermédio de seu Prefeito, na época em que Jayme Canet era Governador, firmou um convênio entre a Prefeitura, a Delegacia de Polícia e a Secretaria da Segurança Pública, para um veículo servir aquela população, numa cidade pequenina, que tem seu povo altaneiro lutando e também trabalhando pelo Paraná e pelo Brasil.

Com maior estranheza, Sr. Presidente, com maior estranheza, Srs. Deputados, somos forçados a vir aqui denunciar um fato inusitado no Paraná. Qual não foi a nossa surpresa, quando o Sr. Prefeito Municipal de Jaboti recebeu por força coatora do Sr. Diretor da Polícia Civil, determinação para recolher o carro que ele zelava em conjunto com o seu Delegado de Polícia.

O carro que serviu muitas vezes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a população daquela pequenina comuna. Estranhemos este fato. Vamos nos dirigir a Sua Excelência o

Sr. Secretário da Segurança, que ontem teve um voto aprovado por esta Assembléia, e com nossa modesta participação.

Não podemos tolerar haver uma força coercitiva de delegados que não têm condições de conjugar os interesses das comunas pequeninas com os interesses deste complexo que é o Paraná e o Brasil.

Queremos, neste instante registrar a nossa revolta, não sei contra quem, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apelamos às autoridades competentes da Secretaria da Segurança; apelamos às autoridades competentes da Polícia Civil, e tivemos a palavra dos responsáveis, que o carro da Delegacia da pequenina Cidade de Jaboti não seria retirado.

Esse carro faz parte de um convênio que fora feito na época de Jayme Canet Júnior, com a Prefeitura Municipal de Jaboti.

E qual não foi a nossa surpresa, ao recebermos um telefonema do Prefeito, de que uma força coatora retira taxativamente o carro, sem dar satisfação. Não estamos julgando o Sr. Secretário, porque, para isso, temos condições para apurar os fatos.

Vimos aqui apenas para julgar o sistema da nossa estranheza; para que o Sr. Chefe da Polícia Civil saiba se conduzir, saiba respeitar os prefeitos do interior, saiba respeitar um Deputado que pediu veementemente que não retirasse o carro daquela comuna.

Disseram eles que era exclusivamente por interesse de serviço. Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, se a Secretaria da Segurança está necessitando de retirar um carro de uma Prefeitura para que possa sobreviver o seu esquema, então estamos na falência. Estamos na falência porque um diretor da Polícia Civil desta natureza, não poderá receber o nosso respeito.

Não podemos tolerar, Sr. Presidente, esse abuso contra uma pequenina comuna, e contra um Prefeito do PDS, da ex-ARENA, que toda a vida ganhou as eleições para o Governo do Estado.

Abusaram do nosso Prefeito, tripudiaram do nosso Prefeito, mas de nós o Diretor da Polícia Civil não abusa porque ficaremos com os nossos companheiros, e haveremos de mostrar para esses moços elitistas que haverá de ter aqui, pelo menos uma voz respondendo pelo nosso povo.

Não digo isto aqui neste momento para procurar um desabafo, Sr. Presidente. Digo porque já recorri a todos os canais, e não tivemos a competência de segurar um carro na pequena Cidade de Jaboti. É um desafio que lanço para a nossa bancada: ou temos condições de dirigir os destinos de nosso Município, ou, então, decretamos a falência.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Era nosso propósito vir à tribuna para falarmos dos problemas de corrupção existentes, hoje, em todos os níveis da sociedade brasileira, e, principalmente, nos setores públicos dos mais diversos escalões.

Entretanto, Sr. Presidente, como decorrência desses fatores, a sociedade, hoje está sendo punida por um crime que não cometeu. É vítima da própria segurança que o estado totalitário montou.

Há um clima de rebelião nacional.

Há um clima de tensão na sociedade.

E já vêm de longe, Sr. Presidente. As primeiras manifestações foram sufocadas pelo regime autoritário implantado desde 1964. E não foi outra razão que levou o eminente

Professor Godofredo da Silva Telles, a fazer uma carta aberta, na Faculdade de Direito de São Paulo, por motivação dos alunos daquela egrégia Escola Superior.

A partir daquela mobilização intelectual e a partir dos fatores básicos e fundamentais que lastreiam este pensamento e esta mobilização da sociedade, principalmente na sociedade intelectualizada, fez com que a Ordem dos Advogados do Brasil enxergando o descaminho dos objetivos maiores, em memorável conferência feita aqui em Curitiba, trouxe, para as Letras Jurídicas, a voz de quantos mestres de Direito, sagrando assim um pensamento novo na ordem política, social e econômica.

E a VII Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil deixou um legado histórico para que os políticos, principalmente da nossa época, os nossos contemporâneos, pudessem fazer uma avaliação de grande seriedade, a partir daquelas conferências proferidas aqui, em Curitiba.

Iniciou-se, então, Sr. Presidente, um avanço da sociedade a respeito das causas geradoras, das frustrações, que existem, hoje, no meio social. Antropólogos, juristas, sociólogos e vários outros doutrinadores professores, universitários e uma plêiade de pesquisadores do campo social, do campo econômico e sobretudo do campo institucional, se aprofundaram no exame das variadas ciências, para se chegar a uma definição verdadeira, de quais os rumos que a sociedade deveria adotar, para que se implantasse no Brasil, um verdadeiro estado de direito democrático.

Em todos os debates, afinalavam-se como causa principal dessa situação geradora da desagregação social, o modelo econômico institucional implantado no País e sobretudo no Brasil, a despeito de vários regimes como o brasileiro, implantados na América Latina, como as molas mestras dessa desagregação social.

Esses regimes, sobretudo adotados pelo Terceiro Mundo, se embasam na dependência econômica que passaram a viver sobretudo nas últimas décadas, ao grande capitalismo monopolista internacional.

No Brasil, o atual regime militarista-tecnocrata está levando o povo brasileiro praticamente ao desespero das greves, dos confrontos e muitas vezes até ao confronto com a própria organização de segurança pública.

Dentro dessa filosofia ou pseudofilosofia, adotada pelo nosso regime, desenvolvem-se os indivíduos tangidos pelos cânones legais, absolutistas, elitistas e colocados para servir ao próprio regime, de forma a buscar esses mesmos indivíduos, dentro dessa conjuntura, a satisfação das suas premidas necessidades, entretanto, Sr. Presidente, dentro dessas premissas, o atual estado entendeu que seria necessário projetar as potencialidades econômicas através da implantação do processo de desenvolvimento lastreado numa forma econômica da macro-economia.

Ora, Sr. Presidente, os homens que suportaram esta alteração no estado de direito brasileiro, nada entendiam de macro-economia e o Brasil não tinha clima suficiente para suportar uma carcaça de nível internacional, jogada desavisadamente no meio de um País que já vinha de longe claudicando, brigando, procurando se desgarrar da trela do capitalismo internacional. Por isso o regime implantado se viu também protegido no mesmo capitalismo internacional e por causa dele, em função dele e por ele, abriram-se as portas deste País imenso e esse capitalismo entrou como o desabar de um dique de uma represa que adentra as matas, ganhando espaços e engolindo a virgindade do conhecimento. Aos poucos, foi se agigantando, se impondo à sociedade, ganhando espaço e se impondo mesmo ao próprio Governo que se dizia patriótico e nacionalista.

Assim, Sr. Presidente, sob a égide de um novo regime, como chamou aquele ditador Ernesto Geisel, sob a forma de

um néo-capitalismo. Seria então necessário, remanejar as leis vigentes para possibilitar esse projeto de um Estado totalitário, baseado na macro-economia.

E ele foi se impondo, Sr. Presidente, a partir da alteração da Constituição "democrática" existente no País. E é preciso, Sr. Presidente, que na medida em que analisemos as causas e efeitos do regime implantado, é preciso que tenhamos a serenidade de observar os atos históricos.

E no curso dessa tomada de posição, a sociedade brasileira se engajou de corpo e alma, na busca da pseudo redenção nacional. Se vê agora, Sr. Presidente, frustrada por uma filosofia alienígena que permitiu, que a própria segurança nacional, fosse colocada à mercê do capitalismo internacional.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Apenas, para fazer um reparo. Evidente, que não tenho procuração, talvez não a fosse outorgada pelo ex-Presidente Ernesto Geisel a algum brasileiro para defendê-lo, no Parlamento Nacional, nas Assembléias Legislativas, nas Câmaras Municipais.

Mas, apenas discordo quando Vossa Excelência diz o ditador Ernesto Geisel. Porque Vossa Excelência não desconhece que nós vivíamos no regime de exceção, um regime fruto de uma revolução, revolução de março de 64. E todos os Presidentes revolucionários, efetivamente, todos os Presidentes revolucionários, governaram sob o regime de exceção. Cometendo atos de exceção, atos que não condizem com o regime democrático que toda a Nação aspira.

Mas Vossa Excelência há de concordar que não foi uma ditadura tão pesada assim.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Não foi para Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Não, para Vossa Excelência também não foi. Porque se Vossa Excelência veio para esta Casa em 74, é porque, Vossa Excelência teve a rádio e a televisão franqueada para dizer o que bem entendeu do Governo.

Onde é que existe a ditadura?

Vossa Excelência está sendo incoerente. Não foi para mim, não foi para Vossa Excelência. Todos nós sofremos os atos de exceção, mas, todos nós temos que reconhecer que não foi uma ditadura como o tempo de Vargas, por exemplo. Não foi. Vossa Excelência precisa estabelecer esta distinção, de um regime de exceção e de um regime ditatorial.

O regime ditatorial é aquele que não permite manifestação alguma de pensamento e, Vossa Excelência em 1974, o partido de Vossa Excelência só teve um crescimento, após acesso à rádio e a televisão em 1974. Então, que ditadura foi essa? Ditadura em que Vossa Excelência e todos os Srs. Deputados que quiseram vir à tribuna criticar o Governo o fizeram livremente. Eu mesmo, como integrante da ex-ARENA, inúmeras vezes, ocupei a tribuna para criticar a política econômica do Governo, o protecionismo às multinacionais, enfim, a implantação de uma política econômica que realmente está asfixiando o povo brasileiro.

Todos nós, situação e oposição, tivemos livre acesso, não só às tribunas parlamentares, como aos meios de comunicação. É apenas esta diferença que quero estabelecer, embora concordo em diversos aspectos do pronunciamento de Vossa Excelência, que são sempre agradáveis de ouvir, porque Vossa Excelência é efetivamente um homem cômico dos seus deveres, das suas obrigações e um parlamentar que honra esta Casa.

Apenas nós não podemos aceitar quando Vossa Excelência vem e diz com ódio: O ditador Ernesto Geisel. Mas não é isso. É o ex-Presidente Ernesto Geisel que teve também inúmeras iniciativas em favor desta Nação. Muita coisa boa se

fez sob o seu Governo. Então não foi um ditador, na expressão da palavra.

Nós vivemos num regime de exceção desde 1964, e diga-se de passagem, vivemos num regime de exceção.

Existiram atos desonestos de muitos Ministros da Revolução, mas nem Vossa Excelência e ninguém neste País pode acusar diretamente algum dos ditadores, como Vossas Excelências qualificam os Presidentes da Revolução, de desonestos.

Todos tiveram uma folha limpa, um trabalho limpo na Presidência da República.

Então que ditador é esse?

Ditador é aquele que usa e abusa do poder, enriquecendo seus familiares, dilapidando o patrimônio ...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Faço um apelo a Vossa Excelência para ser breve.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência foi gentil comigo, cortês em me conceder o aparte, já devolvo a palavra a Vossa Excelência.

Mas o ditador é aquele que dilapida o patrimônio público em seu proveito pessoal, e de seus familiares o que não ocorreu com os ex-Presidentes da Revolução.

É nesse aspecto que quero fazer a distinção.

Agradeço a Vossa Excelência o aparte.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vossa Excelência realmente sente-se em dificuldade em se colocar, estou respondendo, sente-se em dificuldade de se situar num regime de exceção e num regime ditatorial. A ditadura pode ser a ditadura personalista de um único ditador, ou a ditadura de sistema.

Nós vivemos a ditadura de sistema. E, quero dizer mais: Que o problema de se situar entre um e outro conceito é um problema de natureza subjetiva. E também a questão de dizer que ele não era ditador, e que é aquele que dilapida o patrimônio nacional. Nós temos exemplo de um Herzog, de um Miguel Fiel Filho, de um Casaldaliga, e poderia enumerar uma fileira de nomes que foram vítimas da ditadura que está ainda em vigência no País.

E ainda também tem outro aspecto. Qualquer lei que foi aprovada durante esse regime para mim é ilegítima, porque não tem, ela não emana do povo. E estes homens que estão mandando não foram eleitos pelo povo.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concedo com muita honra o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi, sem deixar passar que ele, Geisel, impôs a compra da Light, quem sabe e se não impôs, deixou de impôr a não compra; o acordo nuclear; Itaipu; a ferrovia do aço; o pacote de abril.

Por isso, concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Agradeço a Vossa Excelência.

Acredito que, o eminente Líder do PDS usou o aparte para cumprir com a obrigação de responder o que Vossa Excelência vem afirmando. Porque do pronunciamento que Vossa Excelência faz, o eminente Líder se cingiu e se absteve apenas a palavra ditador. O que realmente, Sr. Deputado, fica sem resposta o restante do pronunciamento de Vossa Excelência de todo incisivo, de todo claro e, porque não dizer irresponsável.

Mas com referência ao conceito de ditador, defendido pelo eminente Deputado Erondy Silvério, nós não podemos concordar quando Sua Excelência levanta afirmações tais como: que houve liberdade para que os políticos, durante o Governo Geisel, usasse a televisão e através dela, se elessem. Apontou, inclusive, Vossa Excelência como exemplo.

Digo ao eminente Deputado Erondy Silvério, efetivamente em 74 tivemos a oportunidade de chegar à televisão. Esta televisão que foi cassada pelo Sr. Ernesto Geisel. Esta televisão que, por força de lei existente antes de Geisel, estava

aberta aos partidos políticos até o programa em que 2/3 da população assistiu, o programa em que o Deputado Ulysses Guimarães, com o Presidente do MDB, e o bravo e valoroso paranaense Deputado desta Casa, Alencar Furtado, desnudaram a ditadura existente, o ditador. Foram à televisão para justificar este ato, dizendo que no Congresso se estabeleceu um novo tipo de ditadura, a ditadura da minoria.

O conceito de ditadura é relativo, Sr. Deputado. Porque um Presidente que toma o Governo, como fez Geisel, em que a televisão estava aberta aos partidos políticos e que este Presidente fecha o Congresso num ato de força, cassa a televisão, impede os políticos de irem livremente discutir com o povo os problemas nacionais, é ou não ditador?

Esse Presidente que fecha um Poder, que amordaça e achincha com outro, com a Reforma do Poder Judiciário, preenche todos os conceitos jurídicos, políticos do termo "ditador"; porque ditador é aquele que passa por cima do poder convencional, do poder formal, que é o de fazer as leis do Poder Legislativo.

Ernesto Geisel fechou o Poder Legislativo e baixou normas que são a involução.

Veja, nobre Deputado, hoje nós estamos reconquistando o que tínhamos no passado, mesmo durante o período de exceção, que são as eleições diretas. Eleições diretas que foram cassadas por um ato único, exclusivamente de uma pessoa, do Sr. Ernesto Geisel.

Não concordo também quando se diz que ditador é aquele que dilapida o patrimônio público. E foi expressado aqui o termo "dilapidação", como que gastos irregulares e desonestos de dinheiro público. O patrimônio público, não é apenas o erário, o dinheiro, é a tradição, são os valores básicos da sociedade, é a História de uma Nação. E a História desta Nação, através da sua Constituição, de seus valores básicos foi rasgada, jogada no lixo, pelo Sr. Ernesto Geisel, quando fechou o Congresso Nacional, quando tripudiou sobre a Nação brasileira, quando imprimiu um retrocesso político numa Nação com mais de cem milhões de habitantes.

Isto é achinchar com o patrimônio público.

Hoje o povo tem que mendigar estudos habitação, isto é patrimônio público e não só o dinheiro. Porque o dinheiro é uma coisa tão transitória, como transitórios são os trinta e cinco bilhões de dólares depositados em contas na Suíça, durante aquele Governo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — 37, Sr. Deputado.

O Sr. Nilso Sguarezi — trinta e sete bilhões de dólares conseguidos através da corrupção que se instalou neste País. E quem foi que deu cobertura e que impediu que o povo brasileiro soubesse quem são os gatos e os ladrões que estão com o dinheiro depositado na Suíça, não foram os tipos Ernesto Geisel, os Costa e Silva, os Figueiredos da vida?

Por isto, sinto até ver que aqui se fere não apenas a dignidade de um povo, mas se fere muito mais até os conceitos sintáticos, até, Sr. Deputado, a própria linguagem brasileira, o vernáculo erudito de nossa língua, neste miserável tempo, nestes últimos anos, são até truncados ao sabor e às conveniências, única e exclusivamente, para justificar o arbítrio que por si só é injustificável.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que realmente vem enriquecer esta modesta contribuição deste deputado nesta tribuna.

Mas diria mais ...

O Sr. Quielise Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... a criação cinematográfica francesa exhibe em Curitiba um filme que talvez até fosse recomendável a muitos Srs. Deputados do regime vigente, principalmente porque retrata profundamente o

comportamento dos homens timoneiros dos rumos nacionais. E talvez fosse mesmo até como forma didática, recomendável que se visse esse filme "Z", porque retrata a mais profunda corrupção que existe hoje na vida pública.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu, pela ordem, queria conceder ao Deputado Trajano Bastos que havia me pedido e depois ao Deputado Nilton e depois a Vossa Excelência.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Acho que, pela ordem, era eu, não?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — O Deputado Trajano já havia me pedido antes, e concederei a Vossa Excelência depois, o aparte.

O Sr. Trajano Bastos — Nobre Deputado Fidelcino Tolentino, a intervenção ao discurso de Vossa Excelência, pelo Deputado Erondy Silvério, ilustre Líder do PDS nesta Casa, quando ele reclama da injustiça que Vossa Excelência estaria cometendo contra a pessoa do Sr. Ernesto Geisel, quando o chamava de ditador. Talvez o Sr. Líder do Governo tenha um pouco de razão. Porque ditador não foi só o Presidente Ernesto Geisel, Ditadores foram todos os presidentes da Revolução. Todos são ditadores. E para que se prove tal assertiva, basta que se refresque um pouco a memória histórica do nosso povo.

A1-5, Lei Falcão, cassação de mandatos populares, josnalistas assassinados, fechamento do Congresso, intervenção em sindicatos, prisão de líderes sindicais, Lei de Segurança Nacional, projeto Jari, seqüestro de Deputados, como foi o do Deputado Rubens Paiva, que até hoje permanece como um mistério, neste País.

Então perguntaria se com todo este enumerado, como qualificaríamos então os Presidentes da Revolução? De democratas? Ditador foi o Sr. Ernesto Geisel, como todos os Presidentes da Revolução, ilustre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que me dá a oportunidade de enriquecer os objetivos a que nos propusemos ao vir a esta tribuna, colocar, nesta Assembléia.

Prossigo e posteriormente concederei os apartes solicitados.

Implantou-se então, Sr. Presidente, nobres Deputados, uma série de modificações nas leis que vigiam no País e que tinham no seu espírito o espírito da liberdade. Aquele mesmo espírito de liberdade que falava Tiradentes.

Porque embora com as falhas existentes, funcionava-se o Poder Judiciário.

Nos Poderes Legislativos, funcionavam com toda a sua plenitude. E buscavam-se os temas da mais alta relevância e significação para os interesses nacionais e de todos os Estados confederados.

Mas, o que era preciso, Sr. Presidente, para instalar um regime eminentemente capitalista. Este capitalismo selvagem que ministros demissionários, estão a dizer. E se foi de encontro à legislação trabalhista conquistada nos vários séculos, pelos povos internacionais ...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... e o que se fez, então, Sr. Presidente.

Para impor à Nação uma alteração no programa habitacional, subtraiu-se do trabalhador brasileiro o instituto da estabilidade no emprego; infiltraram-se nas leis brasileiras mais uma impostura: o famigerado Banco Nacional de Habitação, quem sabe, até para gerar milhares de empregos daqueles que tomaram o poder nas caladas da madrugada de 1.º de abril.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Veio, então, a Lei de Segurança Nacional, o trabalhador rural recebia o estatuto para ficar nas gavetas palacianas e dos subservientes que não querem aplicar uma lei justa para um homem que dá frutos e progresso à Nação.

Os juristas, reunidos em simpósio, recentemente ainda lá estão. Buscaram subsídios dos próprios tecnocratas que servem à República, e chegaram à conclusão de que a segurança do País ...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte antes que termine o tempo?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... não se estabelece apenas na segurança nacional de que tanto fala esta carta apostólica da ditadura; segurança nacional, Sr. Deputado, é saúde para o povo, é estabilidade na família, é uma renda digna para que os pais de família possam dar aquilo que a dignidade humana recomenda. E, mais do que isso, a liberdade não tem fronteiras.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... a liberdade de pensamento e de expressão não pode ser medida por aqueles que muitas vezes, nem escola cursaram.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero fazer justiça ao Deputado Nilton e, em seguida, deixarei o restante do tempo ao Deputado Quielse Crisóstomo.

O Sr. Nilton Friedrich — Ilustre Deputado, pela rapidez do tempo, só diria que não são os homens do MDB que falavam e falam da ditadura militar que se implantou no País. São os organismos nacionais, as Comissões de Justiça e Paz de vários países do Mundo. Os próprios Departamentos Específicos da Organização das Nações Unidas - a ONU —, e o que dizer da Anistia Internacional, que no ano de 1977 recebeu o Prêmio NOBEL, numa das raras vezes, na história do Prêmio NOBEL, que tal premiação é concedida a uma entidade e não a uma pessoa. E essa anistia internacional cansou de fazer os mais veementes relatórios de maneira contundente, dizendo das torturas, das violências, dos assassinatos que se faziam na calada da noite, nos porões da ditadura.

Os organismos internacionais que foram, muitas vezes, impedidos de entrar neste País, mas que denunciavam lá fora, a ditadura que se implantou neste País, a partir de 1964, tendo muitos civis ao lado dela, vendo a fome percorrer os lares brasileiros, cassados mais de cinco mil patriotas, a PETROBRÁS sendo ofendida, o salário de fome presente, e o domínio das multinacionais, líderes estudantis, operários e religiosos assassinados, torturados e tomados em sua veemência de libertação.

Ora, minha gente, nós estamos, parece que querendo escamotear a verdade.

De repente, se diz aqui que não foram mais ditadores; que fechar Congressos, evitar eleições, prender e outras coisas mais, não é ditadura.

Talvez democracia seja para este tipo de conceito, a falta de liberdade, a falta de eleições, a cassação, a prisão, a tortura, o assassinato, as denúncias internacionais, também foram elogios para o regime.

Obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Vou conceder ao nobre Deputado Quielse Crisóstomo, democraticamente, uma parcela do tempo que me resta.

O Sr. Quielse Crisóstomo — Obrigado.

Nobre Deputado, o defeito desta ditadura é ser os "figueiredos" da vida e não os "euler bentes" da vida.

Dá a impressão, nobre Deputado, que Vossas Excelências não conhecem a história política da Nação.

Dá a impressão que o povo não sabe que Vossas Excelências, neste regime, tentaram eleger o seu Presidente da República. Ou quem sabe, não era do MDB um General também? O General Euler Bentes.

Vossas Excelências só têm um defeito, serem os derrotados do sistema democrático brasileiro.

É o único defeito do PMDB; não conseguiu eleger o seu general.

Com os defeitos que a ARENA tinha de lançar militares, com os defeitos que tinha de disputar eleições num regime por Vossas Excelências condenável, Vossas Excelências tentaram também colocar os seus "figueiredos" da vida. E, lamentavelmente, foram derrotados.

Muito obrigado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que há uma grande e larga diferença entre legitimidade e legalidade.

E Grotius já dizia: "non onne quod licet honestum est".

E aí está, Sr. Presidente, o regime de legalidade não é um estado de direito, não é um regime de legitimidade.

E é preciso, Sr. Presidente, nessa situação em que vive toda a Nação brasileira, é preciso que os homens que se encastelaram no poder, de lá desçam da mesma forma que subiram e convoquem, para esta Nação, a conciliação nacional. E só tem uma forma conciliatória: convoquem o povo para eleger homens com liberdade para fazerem uma Carta, para traduzirem um novo pacto social.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 207/79, do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 181/79), que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, um terreno rural de propriedade do Estado, situado em Uvaranas, Município de Ponta Grossa, com área e demais características que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tivemos, com a sessão de hoje, três dias para discussões da Mensagem do Sr. Governador, que cria o "campus" universitário, em Ponta Grossa e passa para a Fundação Universidade de Ponta Grossa o domínio da área do hoje ainda Colégio Agrícola Augusto Ribas.

As discussões aconteceram para que todas as partes envolvidas pudessem ser ouvidas, trazendo subsídios, para que esta Casa possa votar da melhor maneira possível.

Deu-se plena liberdade para que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, através de sua Reitoria, se manifestasse e, aqui mesmo, na sessão de ontem, este Deputado leu um Memorial trazido pela Reitoria.

Deu-se a mesma liberdade ao Colégio Agrícola Augusto Ribas que, lamentavelmente, não se pronunciou, a não ser quando do pronunciamento feito, nesta Casa, pelo Deputado pontagrossense, Cyro Martins, que mesmo tra-

zando subsídios contrários à passagem do Colégio Agrícola Augusto Ribas para a Universidade de Ponta Grossa, acabou votando favoravelmente.

Hoje, entramos no terceiro período de discussão a respeito dessa matéria. E só nos resta cumprimentar a comissão de trabalho apresentado pelo Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que motivou, que mobilizou toda a comunidade pontagrossense, e que inclusive trouxe a esta Casa os subsídios necessários para que a Assembleia pudesse deliberar da melhor maneira possível, enquanto que o Colégio Agrícola Augusto Ribas que teve também a liberdade de se manifestar, não o fez, apenas nesse encaminhamento vai o nosso apelo ao Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que olhe com bastante carinho também o Colégio Agrícola Augusto Ribas, que não sofra como vem acontecendo atualmente, onde os instrumentos para aulas práticas vem sendo retirados, segundo denúncias aqui mesmo feita pelo Deputado Cyro Martins, que a Secretaria da Agricultura possa dar maior atenção e que a Universidade não se preocupe tão somente com os alunos do curso superior, porque o Colégio Agrícola Augusto Ribas, poderá ser também um colégio modelo para este País.

Condições, o Reitor da Universidade possui, por isso mesmo é que fica registrado este apelo e fica também registrado o nosso voto favorável, já que ontem me reitrei do plenário, porque depois de tanta incoerência apresentada nesta Casa, só me coube esta alternativa, para, numa terceira oportunidade aguardar a manifestação do Colégio Agrícola Augusto Ribas, o que acabou não acontecendo, o que leva este Deputado, a votar favoravelmente à mensagem governamental e a cumprimentar o Sr. Reitor, o Professor Tavares da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos este encaminhamento de votação, apenas para dizer que a bancada do PMDB, a votação do Projeto de Lei 207/79, a questão é aberta. Cada um votará de acordo com o seu entendimento e a sua consciência.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Continua em votação.

Os Senhores Deputados que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Pela ordem, o Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que estiverem de acordo, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

18 Srs. Deputados o aprovam;

16 Srs. Deputados o rejeitam.— Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 209/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que cria o Distrito Administrativo de Cachoeira no Município de São José dos Pinhais, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade.—

Ao referido projeto Emenda Substitutiva, de autoria

do Sr. Deputado Airton Cordeiro, devidamente apoiada, nos seguintes termos: (Lê)

Emenda ao Projeto de Lei nº 209/79

Substitua-se no Art. 1º o seguinte:

Onde se lê: "Distrito Administrativo de Cachoeira".

Leia-se: "Distrito Administrativo de Cachoeira de São José."

Sala das Sessões, em 24 de abril de 1.980.

a) Airton Cordeiro.

Apoio: Tércio Albuquerque, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Paulo Camargo e Trajano Bastos."

Em votação o projeto e a emenda.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 12/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública a "Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz - FAMA", com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade — **Aprovado.**

Projeto de Lei nº 12/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Decreta:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR APRENDIZ (FAMA), com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de março de 1.980.

a) Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Assistência ao Menor Aprendiz (FAMA) fundada em 9 de maio de 1973, é uma sociedade curitibana dos proprietários sem fins econômicos, com a finalidade de assistir e encaminhar ao trabalho e ao estudo, menores carentes de recursos, objetivando promovê-los e evitar a sua marginalização.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos exigidos pela legislação reguladora da matéria.

Isto exposto, apresentamos ao presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, esperando para o mesmo o seu apoio e aprovação.

Comissão de Constituição e Justiça

Parecer ao Projeto de Lei nº 12/80

1 — De autoria do nobre Deputado FRANCISCO ESCORSIN, o presente Projeto de Lei nº 12/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO MENOR APRENDIZ "FAMA", com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

3 — Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opi-

nando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de março de 1.980

aa) Gilberto Carvalho, Presidente; João Elísio, Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 2/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. nº 02/80), que aprova Termo Aditivo nº 9, ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, que através de Órgãos que especifica, objetiva a execução das primeiras etapas do Projeto Logos II. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 3/80, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. nº 03/80), que aprova Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Educação e Cultura, que objetiva regular as obrigações decorrentes da aplicação de recursos oriundos do Orçamento da Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Graus para o exercício de 1.979. Parecer FAVORÁVEL DA C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 190/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências no sentido de que seja concluído o "Acesso" Manborê—BR—369. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, no sentido de que o mesmo demita sumariamente os Srs. Ministros da Agricultura e Planejamento. Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conforme ocorreu na sessão de ontem, e hoje no exercício da Liderança do Partido Democrático Social, nós queremos declarar questão aberta para votação desta matéria.

No entanto, devo em caráter pessoal, manifestar o meu posicionamento contrário a respeito deste requerimento. Mesmo localizando nas ações do Ministro do Planejamento, algumas vulnerabilidades. Votarei contrariamente a este requerimento. Mesmo que não dê nenhuma constação, que possa induzir a bancada do PDS a acompanhar o nosso voto, porque mesmo discordando de várias orientações imprimidas, ao Ministério do Planejamento pelo Sr. Delfin Neto, entendemos que o Ministério é do Presidente da República, porque os Srs. Ministros, são pessoas de sua confiança e ao Presidente da República, cabe, compete de fato e de direito dispor dos seus auxiliares.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar, está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós somos um dos Membros, componentes da bancada do PDS. Seguimos a orientação da Liderança, mas como foi posto numa conotação assim de livre arbítrio, então a nossa consciência manda votar contra este homem que está infelicitando a nossa Nação. É a vez primeira Sr. Presidente, é a vez primeira Srs. Deputados, que nós votamos com nossa consciência tranqüila.

Este homem que esperou vir o fluxo da soja dos Estados Unidos e das outras Nações, produtoras, para soltar e para dirimir os destinos do nosso produto que estava estacionado. E nós, olhando como meros telespectadores, vendo os produtores sofrendo na carne o desgaste, a dilapidação dos homens que trabalham e que mourejam a nossa terra, quero, apesar de votar com este requerimento, me parabenizar com o seu autor. Porque homens desta estirpe não podem continuar planejando a infelicidade do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

APROVADO.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Senhor Vereador Alberto Koelbel, de Foz do Iguaçu, e o Presidente do PDS.

O SR. NILSO SGUAREZI — Pela ordem, Sr. Presidente.

Apenas queria que constasse da Ata dos trabalhos que o requerimento foi aprovado por unanimidade. Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

Não é verdade a afirmativa do Deputado Nilso Sguarezi. Não é verdade, Sr. Presidente. O voto contrário não é só desse Parlamentar, outros Parlamentares votaram contrariamente o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, quero também justificar que o meu voto foi contrário, e dizer porquê. Existe um outro requerimento nos mesmos termos e vou votar o outro requerimento, em virtude da maneira como foi feito o encaminhamento deste pedido.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A matéria está vencida e os Srs. Deputados comuniquem, por escrito a sua votação, porque a Mesa registrou o número de votos.

O SR. GILBERTO CARVALHO — O meu foi contrário.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, visando a criação da Comarca no Município de Mangueirinha. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministros da Indústria e Comércio, Agricultura e Planejamento, ao Conselho de Desenvolvimento Industrial e ao Superintendente da SUNAB, no sentido que sejam concedidas cotas para empresas da região Oeste do Paraná moerem o trigo produzido na região. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes encarecendo urgentes estudos com vistas a um aproveitamento racional, através da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, da ilha de Superagui. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o reinício das obras de asfaltamento da estrada Bela Vista do Paraíso—Sertãoópolis. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., visando a estadualização do trecho de estradas que liga a BR-277 passando pelos Distritos de Borman, Medeiros até a divisa com o Município de Quedas do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros da Saúde, da Previdência Social e da Justiça, protestando contra a implantação de um Sistema de Planejamento Familiar, bem como à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, aplaudindo suas posições a respeito do problema. — Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Para encaminhar).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pedi a palavra para o encaminhamento desta proposição porque devo, além de manifestar meu voto contrário, dizer que sou contra às exposições de motivos que estão anexas à proposição do ilustre Deputado Deni Schwartz.

O Deputado Deni Schwartz tem, nesta Casa, recebido pelos longos anos de convivência conosco, a nossa maior admiração. Mas neste caso, em que ele pede para que esta Casa se manifeste junto ao Ministério da Saúde e Justiça e não sei quem mais, contrariamente a um controle de planejamento familiar, que estaria sendo elaborado, que está já pronto este documento para ser encaminhado ao Presidente da República, queria me manifestar contra à sua proposição porque acho muito necessário que o Governo Federal se preocupe com problemas desta envergadura.

Temos ouvido, constantemente, que uma das causas, talvez até a principal, da criminalidade, da pobreza, da marginalização de indivíduos da sociedade, a causa principal seja a de que estas pessoas, estes homens não tiveram infância. Ou, se a tiveram, não tiveram a felicidade de receber instrução e educação, para que os capacitasse a enfrentarem o dia a dia de seu futuro. Acho que a forma essencial, cabal e fundamental de se construir uma Nação, é justamente na criança.

Daf o objetivo que entendo ser o do Governo Federal de elaborar um estudo que desconheço, neste sentido, talvez mesmo o próprio Deputado Deni Schwartz o desconheça, se ele existir.

É necessário. Talvez possa eu ser contra à algumas coisas, determinar parcialmente, quem sabe, de um plano que venha a ser apresentado. Mas o objetivo principal deste sou favorável, para que tenhamos no Brasil, uma organização, uma educação e uma orientação, para que as famílias se constituam e tenham seus filhos.

Assim sendo, Sr. Presidente, esta é a manifestação de meu voto. Sou contrário ao requerimento apresentado pelo Deputado Deni Schwartz.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, parece que há um erro de ética no Brasil, com relação à este problema do controle da natalidade. O controle da natalidade é muito bem definido nas leis deixadas pelos discípulos de Cristo; mas ali também se encontram os parâmetros do comportamento humano, de uma forma mais global possível. E o controle da natalidade que pretende fazer o Governo, ou que se fala que o Governo pretenderia fazer, é unicamente com o sentido econômico. O controle correto da natalidade é uma questão de foro íntimo, Sr. Presidente, dos casais que contrairam núpcias ou que tenham se ajustado em matrimônio. Ou convivência marital. De tal sorte que não é possível estabelecer um foro para limitar esta natalidade, da forma que pretende o Governo. E entendo mais, Sr. Presidente, a fonte legítima que pode inspirar este juízo pessoal de cada um dos seres, não há de ser outro que não a fronteira da cultura. Só através da cultura é que o homem pode chegar à libertação mais justa, para controlar a sua prole.

Por esta razão, Sr. Presidente, é de se aprovar o requerimento, porque a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, enxerga esta questão por um ângulo não somente temporal, mas sobre tudo sob o ângulo mais amplo da vida da pessoa humana. Por essa razão é preciso que se pondere esses postulados que embasam um raciocínio mais lógico da natureza da pessoa humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente.

Vou votar favoravelmente e desejo justificar o meu voto. Embora entenda de que a Igreja defenda o requerimento, ou seja contra o controle da natalidade, por razões como disse o Deputado Fidelcino Tolentino, de ordem, religiosa ou espirituais, acredito de que o Brasil não pode se permitir no seu estágio histórico, no estágio cultura, o controle da natalidade.

O argumento de que necessitamos de qualidade populacional — e aí é a preocupação do Governo, como se argumentou aqui, até de que a criança nascendo sem instrução,

sem qualidade de vida, vai gerar o analfabetismo, vai gerar a insegurança, a criminalidade, isso é um estágio na história de qualquer Nação. E a História comprova isso. Só se atingirá a qualidade, a partir da quantidade. E o Brasil precisa de quantidade populacional. Porque temos um território imenso que precisa ser ocupado por nacionais, por brasileiros. Attingiremos qualitativamente aquele estágio que a população brasileira merece para ser considerada desenvolvida, a partir da quantidade populacional que tiveram. É uma ilusão pensar-se de que reduzindo a população, se chegará à qualidade. A qualidade filosoficamente, pode-se até deduzir e explicar isso, só será atingida a partir da quantidade. Por isso eu voto favoravelmente ao requerimento, porque não vejo condições dentro do atual estágio da População Brasileira, de passar-se ao seu controle. Controlar a população brasileira hoje, é atentar para a verdadeira soberania Nacional. É atentar para que o Brasil não consiga ter o mínimo populacional exigível para ser considerado uma grande Nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação o requerimento.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos imaginar que 1.938, quando este Deputado nasceu, existisse um plano de planejamento familiar, pelo Governo de então. Vivíamos então, sob a ditadura de Getúlio Vargas, logo após 1.937, o Estado Novo. Provavelmente este Deputado aqui, não estaria. Porque o seu pai, à época, não provaria nunca, ter condições de ser pai. Era meramente um agregado, trabalhando para um médico, e cortando lenha para a Estrada de Ferro. Se fosse procurar condições, provavelmente, uma vasectomia, trocada à época não sei se por um rádio de pilha, que não havia, mas talvez trocada por uma cesta de mantimentos, faria com que este Deputado não estivesse aqui.

E quantos Deputados não estariam nesta sala?

E o Norte do Paraná existiria? O Norte do Paraná, o Oeste do Paraná, o Sudoeste do Paraná, que foram feitos foram construídos, civilizados por pessoas que nada possuíam, a não ser a sua força de trabalho.

Nós não chegamos ao limite do Brasil.

Nós temos muitas terras para serem povoadas.

Está aí a Alemanha, a pedir por favor, para que se tenham filhos, porque a população da Alemanha está diminuindo. Não sou eu que o diz, está aí um dos últimos programas do "GLOBO REPÓRTER", onde o problema da população é levantado. Está aí a Rússia, toda poderosa, com a sua ditadura, a pedir a seus filhos que também tenham filhos.

Nós temos outros argumentos: Se população fosse um mal, a China não seria, hoje, a grande potência que é. Encontrou a sua solução com 1 bilhão de habitantes, num espaço de terras inclusive agricultável, menor que o do Brasil.

Outra coisa: Nós temos que levar em conta o problema das estatísticas brasileiras.

Uma das grandes mentiras brasileiras é de que o Brasil tem mais de 100 milhões de habitantes.

Há cerca de 6 meses, o próprio IBGE passou a constatar que, a partir de 1.972, a população brasileira não está crescendo mais no mesmo ritmo que vinha crescendo, anteriormente ao recenseamento de 1.970. E, porisso, hoje, se diz que no Brasil, somente agora estamos atingindo 100 milhões de habitantes, porque a nossa taxa de natalidade diminuiu, e está diminuindo. E passemos apenas uma vista em volta de nossos vizinhos e constataremos quão difícil é, hoje, descobrir uma família que tenha 12, 13, 14 filhos. A própria educação está fazendo a limitação de filhos.

Agora, não podemos concordar é que se faça o que se

fez na China, onde uma ligação de trompas era trocada por um guarda-chuva, onde o cidadão que se submetesse à vasectomia recebia das multinacionais um radinho de pilha.

Não podemos admitir que haja a interferência no foro íntimo do casal. A ele cabe decidir o número de filhos que quer ter.

Srs. Deputados, a solução não pode ser neste sentido.

O que precisamos é educação; o que precisamos é saúde, o que precisamos é dividir a renda. Não podemos, através de um plano desses desejarmos resolver o problema da pobreza brasileira.

Srs. Deputados, como aqui nos parece estar metade da população paranaense, classe média, de média para baixa, inclusive, queremos fazer um apelo aos Srs. Deputados para que, em aprovando esse requerimento, façam coro, não somente com a igreja, porque a igreja vê o problema de um lado. Mas, façam coro com aqueles que vêm neste problema uma maneira de solucionar o problema brasileiro, sem que, com isso, venha a se resolver o problema.

O pai não é qualificado para ter filhos, amanhã não será qualificado para votar, mas sempre é qualificado para pagar impostos, para lutar pela sua Pátria.

Porisso, discordando do nobre Amigo Basílio Zanusso, peço aos Companheiros desta Casa que aprovelem este requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A receita não é nova, a proposta da receita é que é inovadora.

Digo que a receita não é nova, porque o Banco Mundial que, hoje, tem em sua Presidência, o Sr. Robert MacNamara, ex-Diretor do Pentágono, ex-Diretor da Ford, ex-Embaixador de alguns países e ex-Secretário de Defesa dos Estados Unidos, e coincidentemente, hoje, Presidente do Banco Mundial, é que tem pregado às Nações do 3.º Mundo como uma das receitas para se atingir o desenvolvimento, o controle da natalidade, sob os auspícios de estudos feitos pela "Ford Foundation" e "Rockefeller Foundation".

Só indagaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, por que os Estados Unidos da América do Norte, na época do seu desenvolvimento, na fase de Nação emergente, não aplicou o controle de natalidade que, agora coloca como receita para o 3.º Mundo?

Por quê, para nós, do 3.º Mundo, o controle da natalidade resolve o problema? Por que, eles não aplicaram quando estavam na fase e no estágio em que nos encontramos?

Por que, os estudos da "Ford Foundation", da "Rockefeller Foundation", não voltam para dizer do absoluto fracasso do controle de natalidade na Índia?

Por que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, controle da natalidade exatamente para se baixar um pano, uma cortina, para esconder o fracasso do modelo capitalista que não resolve o problema das classes sociais nos países do 3.º Mundo?

Vamos matar no útero, ou antes até, a criança, as futuras gerações, para que elas não sejam problemas, para que não perambularem pelas ruas, não se transformem em favelados e marginalizados de um sistema que cria, expulsando do campo, criando as injustiças sociais e transformando esses marginalizados de hoje, na tensão social do amanhã, através da delinquência, da violência e das tensões sociais.

É obvio, já disse Eduardo Galeno, que o controle da natalidade é uma maneira sensível de matar, no útero, o futuro terrorista urbano e rural.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se, se viesse aqui, falar em planejamento familiar, onde a concepção voluntária, espontânea do casal assim decide, é outra coisa.

Mas, controle da natalidade, sob proteção e programa-

ção do Governo, distribuindo pílulas para fazer com que não haja procriação, é crime, é genocídio.

Planejamento familiar, a maioria dos presentes já fizeram, pela concepção própria, de maneira espontânea, não para, no mercantilismo da oferta e procura, ir nos Postos de Saúde, buscar a pílula para evitar isso, como acabamos de dizer. Inclusive, com incentivos como aconteceu na Índia, e, por certo, acontecerá no Brasil, depois da vinda de S.S. o Papa.

Porque, é esse o plano.

Agora, encerro tão somente porque esse é um assunto que me entusiasma: E por certo voltarei à tribuna. Mas encerro dizendo que acima do controle da natalidade, exatamente está a assinatura do atestado de óbito do fracasso do modelo econômico aplicado no País, porque não conseguiu resolver o problema das maiorias, quer extinguir, aos poucos, as minorias pobres do País.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. GERNOTE KIRINUS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente para registrar o repúdio ao famigerado planejamento familiar ora em estudo pelo Governo.

Planejamento familiar em estudo pelo Governo. O planejamento familiar é um nome novo que se dá ao controle da natalidade, porque como vai um operário planejar a distribuição do salário mínimo? Portanto, planejar a distribuição da miséria, da fome. Portanto, é uma investidura, uma capa uma coberta para encobrir o verdadeiro plano diabólico que é o controle da natalidade e nesse fato gostaria de insistir e relembrar a todos os Parlamentares, ao povo paranaense, ao povo cristão em geral que já em sua infância ouviram falar de uma história muito antiga relatada pela Bíblia, que lá no Egito antigo, quando o povo de Deus escravizado que era pelo Faraó, o Faraó já tinha medo do crescimento da população escrava.

Esse temor continua hoje pelos países superdesenvolvidos, em relação aos países subdesenvolvidos, cuja população cresce mais e mais. O mesmo temor de Faraó tem hoje os capitalistas internacionais de que o povo subdesenvolvido acresça e se torne mais tarde, incontrolável, e o que fez o Faraó na época? não fez nada mais do que repetir o que hoje se faz, só que naquela época não tinham meios sofisticados. Na época mandou matar todas as crianças que nascessem varões no povo de Israel.

Hoje com métodos sofisticados, partem para a esterilização coletiva como já foi denunciado muitas vezes.

São os novos Faraós que hoje tem medo do crescimento populacional da pobreza, e qual o caminho que Deus indicou? A Terra Prometida, a libertação e esse também é o caminho que a Igreja está apontando hoje, o caminho para a libertação em direção a uma Terra Prometida que está aqui no Brasil, uma terra rica em potencialidades, que precisa ser libertada das mãos dos Faraós estrangeiros e nacionais, subservientes aos estrangeiros que fazem desta população, uma imensa multidão de escravos.

Esse é o caminho que a Bíblia e a Igreja apontam hoje e diante do qual o planejamento familiar é o recado que o diabo, é o recado que o anti-Cristo está mandando contra a vontade da Igreja ou a suprema vontade de Deus, que é a libertação e a libertação estão sendo anunciada, hoje a libertação está ocorrendo em São Paulo com os metalúrgicos. Talvez para os Faraós da nossa época, a pílula vá resolver a greve dos metalúrgicos, mas é um mero engodo, porque ninguém poderá segurar e impedir que um plano tão concreto quanto a libertação de um povo, seja levado a efeito, nem mesmo com

o planejamento familiar.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador) ○

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação.

O SR. LÁZARO DUMONT — (Para encaminhar) Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, já de alguns anos para cá, lamentavelmente não somente a televisão, mas o próprio cinema, tem influído muito no comportamento do brasileiro. Aquilo que nós recebemos dos nossos pais, os valores como a maior riqueza, as maiores heranças estão desaparecendo, porque hoje o nudismo está em toda a parte, as bancas de revistas, a gente se sente envergonhado de passar com os filhos pequenos. No cinema, os filmes nacionais é só olhar as propagandas nas portas dos cinemas e dos jornais. Hoje, há uma falta de respeito, que revistas e até jornais, a gente precisa tomar cuidado para levar para dentro de casa. Novela então nem se fala, o nudismo, não existe mais diferença de horário, os filmes que quando eu tinha 15, 16 anos que eu era doido para assistir, porque era proibido para 18 anos, hoje passa às 14 horas quando não tem nenhum pai em casa para que os filhos menores tenham e façam o conceito que quiserem, através da televisão.

Ontem, foi o divórcio, hoje o controle da natalidade amanhã a legalização do aborto, e a humanidade, são os valores totalmente jogados ao léu, sem que ninguém venha em defesa deles. O controle, o planejamento familiar, como bem disse o Deputado Nelson Friedrich, é outra coisa é problema de foro íntimo do casal. É o casal que vai decidir quantos filhos ele deseja ter: 2, 3 ou 4 filhos, ele que vai decidir, não alguém por ele. Como em alguns países, onde recentemente numa ilha não sei aonde, onde é proibido por lei ter filhos. Onde os benefícios do Estado são diminuídos depois do 2.º filho em diante.

Isso, Sr. Presidente, realmente é um crime. Um País como o nosso que tem milhões e milhões de quilômetros quadrados, que tem ainda uma fronteira territorial a ser ocupada maior do que os maiores países que existem deste mundo. Onde, amanhã, daqui a 50 ou 100 anos nós não sabemos, porque não estaremos mais aqui, haverá quem sabe a necessidade de uma população para defender o País que nós vivemos hoje, não sabemos.

E nós Sr. Presidente, de maneira nenhuma, não somente pelas convicções cristãs que nos rege e que dirige os nossos caminhos, mas também, por uma salvaguarda a esse País que nós vivemos. A um País, que diz aqueles que tantos que tem por aí, que a maior riqueza desse País dizem muitos, é a sua população jovem com mais de 50% menor de 18 anos. E essa população jovem que aí está, quando se tornar adulta ou mais velha, será que não poderão ter o mesmo orgulho que nós temos hoje, de um Brasil de amanhã, ser também um País de jovens, porque hoje, se querem pela força, controlar o nascimento é lamentável que muitas vezes, a mesma pessoa que a gente vê na televisão defendendo a associação de proteção aos animais, vai para a mesma televisão defender a legalidade do aborto, como se uma criança com 2 ou 3 meses, dentro do útero de uma mulher, não tivesse que ter menos consideração do que qualquer animal, que muita gente faz campanha por eles, mas que deixar seres humanos que necessitam mais do que nunca, de amparo e de apoio principalmente da classe política, que tem que ser a responsável pelos destinos deste País.

Por isso, Sr. Presidente. Convicto mais do que nunca,

eu sou contrário, ao controle forçado da natalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo providências no sentido de que seja contruída uma escola de 1.º grau na localidade de Colônia Baldino Cunha, Município de Campo Largo. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam efetuados estudos visando reparos na estrada do Cerne, que liga Curitiba à Piraí do Sul. **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Delazir Teixeira, eleito Presidente da Associação dos Servidores Municipais de Paranaguá, pela Chapa "Elpidio Fabrizzi", bem como, a todos os integrantes da referida chapa. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, em forma de apelo, no sentido de que seja criado e instalado o Distrito Judiciário de Praia de Leste, com jurisdição até Pontal do Sul. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio de diversos Srs. Deputados, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Justiça, no sentido de que sejam liberados todos os presos, em razão da greve econômica dos metalúrgicos de São Paulo. — Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está Vossa Excelência com a palavra.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sobre a mesa há requerimento semelhante, de autoria do Deputado Lázaro Dumont. Eu gostaria de sugerir aos eméritos autores dos dois requerimentos, o que ora está em processo de votação e o que a seguir será apreciado por esse Plenário, no sentido de que haja uma fusão dos dois requerimentos, que ambos sejam transformados num só, como manifestação uníssona da Assembléia, nesta reivindicação que consideramos oportuna, justa, porque entendemos também que o programa do Partido Democrático Social defendendo o direito de greve.

E se nós vivemos numa época de redemocratização, não se pode subtrair do trabalhador, não se pode subtrair do Líder Sindical o direito de inclusive conduzir uma greve. Logo, nós sugerimos e gostaríamos de ter uma manifestação dos Deputados Nelson Friedrich e Lázaro Dumont, no sentido de que esses dois requerimentos sejam transformados num só, como uma prova inclusive, de unidade de pensamento não só no que toca ao conteúdo mais importante que é o próprio objeto dos requerimentos, mas como também na forma pela qual se expõe esta idéia, esta manifestação.

É a sugestão Sr. Presidente, que nós fazemos aos Deputados Lázaro Dumont e Nelson Friedrich.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Por se tratar de matéria análoga, procede o pedido de Vossa Excelência.

OSR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilton Friedrich.

OSR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, gostaria de, em resposta à Liderança, dizer que não nos opomos em hipótese alguma. Ao contrário, a matéria é análoga e apenas as duas posições se complementariam. E por isso o casamento é perfeito.

Aproveito esta oportunidade para elogiar, inclusive, a posição da Liderança e gostaria que no futuro nós pudéssemos ter este tipo de convivência e este tipo de argumentação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação, ambos os requerimentos.

O SR. LÁZARO DUMONT — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, sem acrescentar nada mais do que já foi dito, eu só pediria permissão aqui de pedir o sim do Deputado Nilton Friedrich, para que a Presidência transformasse esse requerimento num telex, e encaminhasse ainda hoje ao Sr. Ministro da Justiça e o meu endereço ao Ministro do Trabalho, porque exatamente os Líderes Sindicais ainda estão presos.

Quem sabe, a brevidade no recebimento deste expediente por parte das autoridades possam abreviar o sofrimento desses Líderes Sindicais e que eles possam voltar ao convívio das suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — A Mesa aceita a sugestão de Vossa Excelência e coloca em votação ambos os requerimentos e sua transformação em telex.

Em votação.

O SR. VALDUGA — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Quero aqui, neste momento, me congratular com a posição tomada pela Liderança, e especialmente pelos subscritores dos dois requerimentos, visto que é uma matéria em que ambos estamos plenamente de acordo, e que seja esse o início de, nas questões, em que acima da política, as questões que transcendem a nossa condição de defensores de programas, de posições partidárias, que nestes momentos mais importantes nós desalojemos as armas e juntemos as mãos no sentido de que a Política se faça efetivamente forte neste País.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.

— **Aprovados.** — À Secretaria para providenciar o telex.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente do Banco do Brasil S/A., no sentido de que autorize a instalação de um posto de atendimento do referido estabelecimento de crédito em Bragantina, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando o asfaltamento do Anel Rodoviário de Assis Chateaubriand e o trecho que vai até as instalações da COOPERVALE. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, visando a eletrificação rural no Distrito de Tupãssi, Município de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Ener-

gia, no sentido de que seja retirada a mistura álcool da gasolina. — Em discussão.

O SR. VALDUGA — (Para encaminhar). — Gostaria que Vossa Excelência lesse o requerimento, que eu não entendi. É o problema do álcool?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — É o problema do álcool, só que ele transformou o requerimento anteriormente discutido pela Casa. Vamos esclarecer a Vossa Excelência. (Lê o requerimento do Deputado Domício Scaramella).

O SR. VALDUGA — O requerimento traz alguma inovação, mas não substancia...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Vossa Excelência vai encaminhar?

O SR. VALDUGA — Vou encaminhar. Mas tinha pedido a palavra, Sr. Presidente.

O requerimento traz alguma informação mas não é substancial. Acho que num momento como este, em que nossa economia se encaminha para consumir e para criar um sucedâneo do petróleo, se colocar qualquer anteparo neste programa, seria um desserviço à Nação e à uma campanha das mais saudáveis que temos.

E realmente, uma libertação da nossa economia.

Tem mais um detalhe que me ocorre. Em breve teremos destilarias de álcool já em quantidade maior. Nós sabemos que para se colocar no mercado o álcool, está sendo um pouco difícil. Já tendo um sistema adequado, teríamos já, naturalmente, um consumo assegurado. Daí porque a adição é necessária. Também esta razão.

Outro argumento que não procede, é o de que o álcool, adicionado à gasolina, cria distúrbios no veículo. Conversei com diversos mecânicos e diversos frotistas e nenhum deles entende que isto ocorra.

E um País pobre, como o nosso, que está usando combustível à vontade para, no mais da vezes, para lazer, não pode se beneficiar de uma medida que venha contrária ao interesse maior da economia. Voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.

— **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado a diversas autoridades, no sentido de que sejam tomadas medidas acauteladoras para as farmácias, quanto ao fornecimento de medicamentos através das distribuidoras que retêm para si, de 10 à 20% dos preços tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Segurança Pública, da Justiça e Ministro da Justiça, encarecendo medidas no sentido de conter o grande número de furtos de carros, falta de segurança e a violência no Oeste do Estado. — Em discussão.

O SR. LINEU TURRA — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Adia-se para a próxima sessão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Ministros do Planejamento, Agricultura e Secretário Especial de Abastecimento e Preços, sugerindo a criação do subsídio sobre o leite, em menos de 50%, com repasse para o produtor ou para as indústrias. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando o envio de manifestação de apoio desta Casa ao Sr. Deputado Maurício Fruet, da Bancada do Paraná na Câmara Federal, pela apresen-

tação de plano de lei visando acabar com as mordomias no governo — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Presidência da TELEPAR, encarecendo prioridade na execução da instalação do sistema de telefonia rural no Distrito de Turvo, Município de Guarapuava. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, pela realização da 2ª Festa do Lavrador. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Loja Maçônica Regeneração Terceira de Londrina, pela comemoração de seus 35 anos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo sejam fornecidas informações sobre um rol de questões referente a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. — Em discussão.

O SR. AYRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário do Interior e Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um Posto Telefônico em Ouro Verde do Piquiri, Município de Corbélia. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Adia-se para a próxima sessão a discussão do requerimento, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, em forma de apelo, no sentido de que gestione para reabertura das conversações entre empresários e trabalhadores paulistas. — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir.
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Doutor Ezequiel Honório Vialle, Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal de Contas, que logo após longos e profícuos trabalhos prestados ao nosso Estado, vem de se aposentar daquelas altas funções. — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.
O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ayrton Cordeiro, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Poder Executivo, em forma de apelo, visando o encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, do Plano de Reclassificação dos Funcionários Públicos do Estado. — Em votação.

O SR. AYRTON CORDEIRO — Para encaminhar.

Primeiramente, devo manifestar que é com muita satisfação que tenho o prazer de ver a subscrição deste requerimento por parte de eminentes Srs. Deputados do PDS, e aproveito para declarar deste plenário, que transformo este requerimento numa solicitação, num apelo da bancada do PDS, com

assento nesta Casa.

É uma matéria de extrema relevância, e nós estamos observando, e até com algum pesar, que nos últimos anos, houve um atendimento setorial na política de pessoal do Governo do Estado, criando diferenças enormes, que causam, hoje, um aprofundamento das distâncias que existem entre aqueles que têm a oportunidade de receber mais, e aqueles que, até mesmo por falta de melhor oportunidade na vida, recebem menos.

Como não graduo o valor do trabalho humano nem pelo diploma e nem pelo que possa significar cada um individualmente, entendo que devemos com maior brevidade possível, restabelecer os critérios de justiça salarial no âmbito do Governo do Estado.

Daí porque formalizamos este requerimento e recebemos a pronta manifestação de apoio dos Deputados do PDS, e esperamos o mesmo comportamento dos Deputados das demais bancadas com assento nesta Casa.

Parece-me que seja matéria prioritária, inclusive para atender a filosofia do programa de Governo do Sr. Ney Braga, que, sabidamente, já deu, em pouco mais de 12 meses, não só manifestação de intenções, mas provas concretas de que está preocupado com o contingente de servidores públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.
O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pediria a gentileza de Vossa Excelência, propor ao conhecimento deste Deputado a súmula deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Lerei novamente para Vossa Excelência tomar conhecimento. (Lê: ...)

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quem é o subscritor?
O SR. PRESIDENTE — Em nome da bancada do PDS, Deputado Ayrton Cordeiro.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar.
O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Tenho gritado neste Parlamento, e os Anais, ainda agora, em 1975, falava disso, aqui, tem os Anais da Assembléia.

E durante todos estes anos, temos conclamado o Governo do Estado a fazer uma reclassificação dos quadros ou do quadro de servidores públicos do Estado. Primeiro, porque os servidores públicos se sentem até no constrangimento, atrelados a uma forma de tratamento que há muito não satisfaz às suas pretensões, e também não lhes permite até desenvolver um trabalho mais descontraído no conduzimento da coisa pública.

E vejo que, como aconteceu no ano passado, quando assinava um requerimento o Deputado Ayrton Cordeiro, juntamente com o Deputado Augusto Carneiro, era sinal de que o Governo do Estado estaria na iminência de alterar, ou propor, uma modificação naqueles estatutos referidos naquele requerimento.

Vejo com euforia, o requerimento do Deputado Ayrton Cordeiro, porque prevejo um sinal verde do Governo, no sentido de fazer uma reclassificação. Ou pelo menos, de tratar de uma modificação na estrutura dos quadros funcionais do Estado.

Congratulo-me com Sua Excelência, porque, possivelmente, o Governo estaria inclinado a fazer isso. E me incorporo a esse apelo que já vem de longe, incorporo-me até nesta viagem especial, para pegar o trem que está sendo conduzido pelo Deputado Ayrton Cordeiro.

Porque, isso é sinal evidente de que há uma estrela no horizonte, que poderá, muito breve, brilhar para o funcionalismo. Ou pelo menos, esta Casa discutirá o assunto de maior polêmica para o funcionalismo público do Estado que é o seu quadro de reestruturação, como ocorreu, aqui na Assembléia, e deixou muitas frustrações.

Espero que venha logo para este Poder o exame dessa

questão porque ela não só é relevante, como também necessária para o ajuste dos servidores às suas funções no Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.
— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, com o apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, consubstanciado em apelo, encarecendo a liberação de um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros, mais juros e correção monetária, como ressarcimento pelos investimentos feitos pelo Governo do Estado na construção da "Estrada de Ferro Central do Paraná". — Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de protesto ao Doutor Luiz Chemin Guimarães, em virtude de ter retirado o veículo que prestava serviços à Delegacia de Jaboti. — **Aprovado.** — ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente ao Sr. Secretário da Cultura e do Esporte, visando a construção de um módulo esportivo, no Município de Guaraniaçu. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação)
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou vendo que, de alguma forma, a Oposição tem servido muito às comunidades que representam nesta Casa.

Uma das formas de representatividade efetiva é, exatamente, a forma enfática com que os eminentes Deputados opocionistas formulam os pedidos, aqui nesta Assembléia.

E quem sabe, nessas batidas, tal qual as águas dão nas pedras, poderá até haver um furo na consciência daqueles que dominam, que conduzem, a coisa pública.

Porque, ao longo deste Paraná, os vários municípios ficam incitando o Governo a ajudar a implantação de canchas de esporte em vários colégios, para inclusive, adequar o próprio ensino previsto na Lei 5692 e nas várias formas de postulação através da Oposição, as comunidades não são atendidas e é preciso muitas vezes, que Deputados do Governo façam esses pedidos a "posteriori", para que o Governo conceda a implantação de sistemas desportivos como é esse que está sendo requerido e eu também já tenho requerido não só para Guaraniaçu, mas para outros municípios que representamos aqui nesta Casa, e creio que é assim, só quando aparecem Deputados do Governo em requerimentos, que as coisas são implantadas nos diversos municípios. Tem ocorrido aqui, inclusive com projetos de lei, não nesta Legislatura, mas na Legislatura passada e que os Deputados antigos da Casa, se lembram muito bem que para alterar leis de interesse do funcionalismo público, de garantias estatutárias, era preciso que nós outros adentrássemos no terreno do entendimento, para subscrição juntamente com Deputados da ARENA, para que fosse aprovado e assim também, Sr. Presidente, faço coro a este requerimento, porque realmente o Município de Guaraniaçu está sendo muito mal conduzido por aquele Prefeito que mais entende de Medicina e mais se atém à prática da Medicina, do que propriamente aos negócios públicos para os quais ele foi eleito.

A crítica desvelada, que tem em todos os cantos daquele município, é de caráter muito sério e muito grave. Há até quem diga, de seu próprio Partido, que se pratica muito a corrupção, não pelo Prefeito que não vai à Prefeitura, mas pelos assessores que se determinam à mercê da sua presença.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está em votação.

— **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.